

# Restauração e imprensa no Algarve (1808-1811): um impressor, a independência de duas nações

Patrícia de Jesus Palma<sup>1</sup>

Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa (CHC/UNL)

Este estudo, que poderá ser entendido como um contributo para a história da imprensa no Algarve, pretende compreender, por um lado, qual o lugar do impresso numa comunidade onde a imprensa não é, para a maioria, o meio de comunicação habitual e, por outro lado, compreender o quadro que justificou a presença do impressor e legitimou a edição; que uso lhe foi dado, que ordem instaurou na sociedade de então e que espaço conquistou por entre outros igualmente poderosos meios de difusão concorrenciais.

## Intróito

A história da tipografia em Portugal teve no Algarve um dos seus berços. Em Faro, a 9 de Tamuz de 5247 (30 de Junho de 1487), Samuel Gacon acabou de imprimir o *Pentateuco*, iniciando uma considerável marcha de produções tipográficas sob mão hebraica, que se expandiu por outros núcleos judaicos, nomeadamente, em Lisboa e em Leiria<sup>2</sup>.

Contudo, a expulsão da comunidade judaica, por decreto de 1496, determinou, para a região, o fim da sua epopeia artístico-tipográfica. Nos séculos seguintes, a actividade circunscreveu-se a Lisboa, Évora, Coimbra, Porto e Braga e o impresso passou a ser encarado, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, como referem João Luís Lisboa e Tiago Miranda: «como melhor forma de conservar a memória das obras e marcar uma vantagem social»<sup>3</sup>. A inexistência da oficina tipográfica local não correspondeu, bem entendamos, à impossibilidade de aceder aos textos impressos; mas, não facilitou.

Entendida, não raro, como fruto de um contexto intelectual que a fomenta, várias podem ser as razões que justificam o aparecimento da tipografia e que atraem os impressores: motivos religiosos, políticos, burocrático-administrativos, bélicos, comerciais, ou literários, são alguns deles.

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Portugueses – Literatura Portuguesa Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa). Doutoranda em Estudos Portugueses, especialidade de História do Livro e Crítica Textual (Universidade Nova de Lisboa), com um projeto sobre a formação da cultura letrada em espaço periférico no Portugal Contemporâneo (Algarve: 1820-1920). A investigação é apoiada pela FCT através de bolsa de doutoramento e desenvolve-se no grupo de investigação «Livro e Leitura» do Centro de História da Cultura daquela Universidade.

<sup>2</sup> Dos incunábulos saídos do prelo de Samuel Gacon, conhecem-se três títulos. A saber: 1487, *Pentateuco*; 1492(?), *Talmud Babilónico*; 1494, *Tratado do Divórcio*. Sobre este assunto, leia-se ANSELMO (1981) e MATOS (1991: IX-XXV).

<sup>3</sup> LISBOA e MIRANDA (2011: 336).

Em 2008<sup>4</sup>, considerei que a oficina tipográfica apenas voltaria a estabelecer-se no Algarve pelo ano de 1833, em plena guerra civil, ao serviço das tropas liberais, comandadas pelo Duque da Terceira. O n.º 1 da *Chronica do Algarve*, dada à estampa a 15 de Julho de 1833, na «Imprensa do Governo» (Governo civil provisório), sustentou a minha convicção. O periódico, que era dado à estampa às quartas-feiras e sábados, pretendia consolidar, junto da opinião pública, as operações da «Divisão Libertadora», transmitindo: «com a ingenuidade própria de hum verdadeiro liberal tudo o que occorrer de notavel nas operações da Expedição, destinada a quebrar as algemas que maniatavão os pulsos dos fieis Portugueses neste Reino, e provincia limitrophe.»<sup>5</sup> e<sup>6</sup>. Apresentava formato in-8.º, 4 páginas, e custava, avulso, 40 réis; o suplemento, in-4.º, 20 réis.

Dada a falta de notícia sobre outros documentos aqui impressos, ponderei, então, que a dita imprensa seria um pequeno prelo móvel, sustentando a produção editorial afecta às armas do partido constitucionalista, que não ficava, assim, refém das contingências dos locais por onde se aquartelava. Esta prática foi, de resto, igualmente seguida pelo exército de D. Miguel, como bem demonstrou Manuel Malaquias, no estudo intitulado «Tipografia no exército: os prelos de D. Miguel. Sinopse histórica»<sup>7</sup>.

Continuo com a mesma convicção. Contudo, novos fios surgiram tecendo a malha nunca terminada da investigação. Por intermédio de Luís Guerreiro<sup>8</sup>, foram-me dados a conhecer vários outros impressos liberais – portarias, proclamações, boletins e ordens do dia – , produzidos entre 1 de Julho e 19 de Outubro de 1833, ora em Faro, ora em Lagos. Por entre estas folhas volantes, encontra-se também um n.º 3 da referida *Chronica do Algarve*, impressa a 20 de Julho de 1833.

Este conjunto de impressos são veículos de expressão que visaram esse outro modo de confronto militar: o ideológico, o da informação e o da contra-informação, a propaganda, que desde muito cedo os exércitos não dispensaram. Como afirma Manuel Martinho da Costa Malaquias, será difícil determinar qual o exército que primeiro se fez acompanhar por uma tipografia: «possivelmente desde a sua invenção que estes dela se servem como um dos seus logísticos apoios.»<sup>9</sup>. Os britânicos, aquando da invasão francesa, trouxeram-na e, em 1823, D. Miguel

---

<sup>4</sup> PALMA (2008: 68).

<sup>5</sup> *Chronica do Algarve*, n.º 1, 15/07/1833 (BNP: J. 2585V.).

<sup>6</sup> MESQUITA (1988: 217) considerou tratar-se apenas de um prospeto e não de «uma nova publicação e **nunca dum jornal em si mesmo**» (subl. meu), justificando: «Com a retirada daquele general [Mollelos] para Beja abria-se a estrada para Lisboa, facto esse que apressou a investida contra a capital e a, parcial, desocupação do Algarve, deixando por isso de ser necessária a publicação deste jornal, como meio de comunicação e de aliciamento dos civis.»

<sup>7</sup> MALAQUIAS (2009).

<sup>8</sup> Expresso ao Sr. Eng.º Luís Guerreiro, bibliófilo e verdadeiro amante da cultura algarvia, os meus sinceros agradecimentos pela notícia e pela generosa disponibilização destes documentos, que, encadernados sob o título *Folhas volantes da Guerra Civil no Algarve*, possui na sua biblioteca.

<sup>9</sup> MALAQUIAS (2009: 2).

reconheceu a sua importância nas operações militares, ao requisitar à Imprensa Nacional «hum Prelo e mais objectos precisos para a Impressão das Ordens do Dia, e mais papeis do expediente desta Repartição»<sup>10</sup>.

Prova-se, por esta via, que a *Chronica do Algarve*, foi, na verdade, um periódico, o primeiro, em língua portuguesa, impresso no Algarve, colhendo, resumindo, firmando e divulgando a ideologia liberal. Relato do passado recente, inscrita no presente e desfraldando o futuro, a *Chronica* assumia-se guia da opinião pública local, como expressa a sua epígrafe, extraída de *Os Lusíadas*: «O transumpto reduzido / Em pequeno volume aqui te dou / Do mundo aos olhos teus, para que vejas / Por onde vás, e irás; e o que desejas.»

Contudo, a *Chronica* não foi nem a única experiência tipográfica conhecida na época, como se vê pelo confronto com as restantes folhas que circulavam, nem o primeiro periódico impresso no Algarve.

Para procurar conhecer o papel do impresso produzido localmente, há que recuar a esse outro período de forte agitação política, o das invasões francesas.

### Restauração e edição

O Marquês de Campigny chegou ao Algarve em Janeiro de 1808 e instalou-se no Paço Episcopal, cumprindo os desígnios do tratado secreto, que a 27 de Outubro de 1807, a França assinou com a Espanha, no qual dividiram entre si Portugal.

Todavia, a 6 de Junho de 1808, o Porto iniciou a rebelião em plena «festa das justiças» na Igreja de São Domingos. A sublevação expandiu-se a todo o Norte do país. A 16, eclodiu em Olhão e estendeu-se rapidamente a toda a região. Era a periferia a pressionar o centro<sup>11</sup>.

Vários foram os meios de que se apetrechou o movimento restaurador. Entre os mais notados esteve a intensa actividade periodística e, de uma forma geral, a editorial, que despontou neste período. José Tengarrinha, na *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, afirmou:

«Só em 1808 o nosso jornalismo entrou numa fase nova, abertamente política e de combate, em contraste com a longa apatia em que estivera mergulhado.

Fenómeno idêntico se observou na generalidade dos países dominados por Napoleão. (...)

Em Portugal, **logo durante a primeira invasão** – apesar da intensa vigilância exercida por Junot, que ocupara o Poder em Lisboa – **se assistira à proliferação**

<sup>10</sup> Ofício do visconde de Santa Marta para o conde de Suberra, solicitando o envio de um prelo, *apud* MALAQUIAS (2009: 3).

<sup>11</sup> ARAÚJO (1998: 33) sintetizou este movimento: «O movimento restaurador evolui da periferia para o centro, isto é, das zonas mais desguamecidas e próximas da fronteira espanhola para as regiões onde a presença do invasor era mais sentida, na Estremadura, Alto Alentejo e Beira Baixa. No Norte e no Sul, os levantamentos populares eclodiram quase simultaneamente. Os meses de Junho e Julho inscrevem-se no calendário da «Restauração» como um tempo forte de revolta.»

da literatura jornalística e panfletária clandestina. **Multiplicavam-se os pasquins, as folhas volantes, os mensageiros, os correios (...).** Muitas vezes, também, **vinham da esquadra inglesa instruções, proclamações, folhas soltas e pasquins** contra os franceses que, com grande desespero da Polícia, **giravam de mão em mão e eram afixados até nas esquinas mais centrais da capital.**»<sup>12</sup> (subls. meus).

José Augusto dos Santos Alves comprovou esta realidade e lembrou o papel de outros intermediários, dizendo:

«Seja como for, a **atividade impressora entre 1808 e 1811 é algo de notável e com um não desprezível circuito de comercialização (tipografias e lojas de venda)**, uma espécie de rectaguarda material que se vai constituindo em matriz de alargamento e de aprofundamento de um espaço público em transformação.

**A quantidade de panfletos na altura das invasões é de tal ordem que sugere, sem dúvida, que a guerra pode ser decidida através da imprensa, por via de uma actividade panfletária que funciona como verdadeira “acção de rua”.** Não se trata de substituir os exércitos em campanha, cuida-se de complementar a sua acção junto das populações civis, fornecendo um apoio logístico moral e psicológico, tão fundamental como a logística material.»<sup>13</sup>.

Sofia Geraldes, quem mais recentemente estudou «as gentes do livro na guerra peninsular», dá conta dos vários agentes envolvidos na produção e divulgação dos papéis relativos aos franceses e traça relações entre essas «gentes» - autores, editores, tipografias, impressores, livreiros – e o período da invasão. O êxito destas produções foi de tal ordem que Manuel José Pereira Pinto Batista, livreiro na baixa pombalina, elaborou vários *Catálogos de diversas obras e folhetos pertencentes à nossa Feliz Restauração que se acham à venda na loja de Manuel José Moreira Pinto Batista*.

Com base em vários estudos publicados no âmbito da história do livro e da leitura e em diversas fontes consultadas, Sofia Geraldes, refere: «Observa-se que a rede de circulação desses folhetos se concentra nas cidades principais do país: Lisboa, Coimbra e Porto. Todavia, outras cidades são referidas tais como Braga, (...); Estremoz (...); em Lamego (...); Portalegre (...); e por fim a cidade de Viseu (...).»<sup>14</sup>. Mais adiante, sublinha: «A repartição dessas lojas disseminadas quase por todo o território, **tirando o sul do país**, traduz não só uma oferta difusa mas também uma procura seguramente acentuada.»<sup>15</sup> e <sup>16</sup> (subls. meus). Estes resultados reiteram a ideia de que a periferia a Sul não tinha condições para integrar o movimento bibliográfico da restauração nacional.

---

<sup>12</sup> TENGARRINHA (1989: 60).

<sup>13</sup> ALVES (2000: 305).

<sup>14</sup> GERALDES (2009: 6).

<sup>15</sup> *Id.*, p. 15.

<sup>16</sup> Em Faro, identificámos através do «Inventário do Casal do *Ilustríssimo Senhor Fernando José de Seabra Netto*» o livreiro da cidade, António José, que estava estabelecido seguramente a partir de 1803. Cfr. SANCHO (1996: 63-4).

Do nosso estudo acerca da edição na periferia e do lugar desta no circuito editorial, resultou a identificação de fontes que permitem contrariar estes resultados.

### Restauração, impressos e liberdade a Sul

Em Olhão, depois do escrivão João da Rosa ter, por impulso, destapado as armas reais portuguesas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi um edital do governo de Junot que lançou a chama da revolta. Alberto Iria descreveu assim o momento:

«[O coronel Lopes de Sousa] Ao aproximar-se, portanto da igreja Matriz, naquela manhã de 16 de Junho, não pôde esconder a sua indignação contra o edital do govêrno de Junot. Adeantou-se aos seus, que o acompanhavam à missa, **afastou bruscamente os marítimos que ouviam a leitura do referido edital, arrancou-o e fê-lo pedaços.**

Depois voltou-se para os circunstantes, e “**com vozes e gestos os mais expressivos**”, falou-lhes da triste situação em que se encontrava o país exclamando: “Ah! Portugueses, já não merecemos este nome, nada somos já!”<sup>17</sup> (subls. meus).

Assistiram à missa e, à saída, segundo testemunhos da época em unísono e em alarido, declararam-se contra os franceses. Enquanto uns se abasteciam de armas e munições, o coronel Lopes de Sousa inflamava o local com exortações, mandando «afixar por editais uma proclamação, em que a arte não brilhava, mas que falava aos corações, exprimindo sentimentos tão enérgicos como naturais e cristãos.»<sup>18</sup>. António Rosa Mendes defende que «a ter sido assim, estamos perante a prova provada de que o levantamento foi preparado, pois não é plausível que o coronel forjicasse ali na hora, no meio da barafunda, aqueles proclamas.»<sup>19</sup>. A ter sido assim, a acção demonstrou com clareza a comunhão entre o poder da pena e a força das armas neste conflito. A palavra dita, lida ou ouvida assumia, por conseguinte, um poder essencial na revolta.

Ora, procurando, como referi acima, apurar qual o lugar da periferia na produção editorial do país, deparei-me com a «officina de Don José María Guerrero», instalada em Faro, seguramente a partir dos primeiros dias de Julho de 1808, imprimindo os escritos que então noticiaram e consolidaram o «deitar fora»<sup>20</sup> das tropas francesas.

---

<sup>17</sup> IRIA (2004 [1941]: 38).

<sup>18</sup> In NEVES, José Acurcio, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, vol. 2, p. 140, *apud* MENDES (2009: 68).

<sup>19</sup> MENDES (2009: 68).

<sup>20</sup> A expressão é de João da Rosa, escrivão do Compromisso Marítimo de Olhão, que a utiliza frequentemente na sua *Lembrança para ficar na memória dos valorosos marítimos deste lugar de Olhão...* Cfr. *O Manuscrito de João da Rosa*, 2008, 2.ª ed. act. e anotada, Olhão, Câmara Municipal.

Os documentos, duas cartas, encontram-se na Biblioteca Nacional de Portugal, sob a cota H.G. 22540V. É um folheto de 7 páginas, formato in-8.º (21,3x15,2), e intitula-se *Representação ou carta enviada pela Camara desta Cidade de Faro ao Rio de Janeiro a S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor*.

A primeira carta (pp. 1-4) está datada de «Faro em Camara trinta de Junho de mil oito centos e oito» e é assinada por Manoel Herculano de Freitas Azevêdo Falcão, Presidente, João Vellozo Manoel Pessanha Cabral, Domingos da Costa Dias e Barros, Ventura da Cruz, João Manoel de Faria Freire, Guilherme Joze Pergana, Amaro de Santa Therêza e Manoel da Costa. Segue-se-lhe a transcrição da missiva enviada pela Câmara de Faro às restantes Câmaras, na qual se apela à generalização da revolta (pp. 5-6), e o documento conclui (p. 7) com a narração dos efeitos que a circulação deste escrito operou junto do povo do Reino do Algarve. Em pé de imprensa: «FARO / Na Officina de Don José Maria Guerrero / com Superior permissão.»

Não tendo antes obtido notícia da existência desta oficina<sup>21</sup>, localizei agora, em renovadas pesquisas bibliográficas, uma breve referência a esta imprensa. Alberto Iria mencionou-a: «(...) nas oficinas tipográficas do espanhol D. José Maria Guerrero, funcionava a *Real Imprensa* do Govêrno de Faro, onde se imprimiram as proclamações e os diplomas mais importantes.»<sup>22</sup> e deu, como exemplo, uma proclamação, redigida pelo Cónego António Luís de Macedo e Brito, depositada na Torre do Tombo, onde se encontra essa e a *Carta de participacao que a o seu soberano o Príncipe Regente de Portugal dirigio o supremo concelho de Govêrno do Algarve*<sup>23</sup> e <sup>24</sup>. Não obstante, nenhuma outra referência encontrei sobre este assunto, comprovando a justeza da expressão de Robert Darnton, que ao resgatá-los, os nomeou como os «intermediários esquecidos» do processo de produção, comercialização e consumo literário<sup>25</sup>.

---

<sup>21</sup> PALMA (2008).

<sup>22</sup> IRIA (2004 [1941]: 149).

<sup>23</sup> ANTT, Ministério do Reino, mc. 245.

<sup>24</sup> IRIA (2004 [1941]: 133) reproduz o frontispício desta carta, e incluiu-a no rol de documentos que o mestre Garrocho levou no caique *Bom Sucesso* ao Rio de Janeiro, comunicando a restauração do Algarve ao príncipe Regente. Para além dela, nomeia: 2 – a cópia do auto de eleição do governo de Faro, acompanhando do auto de posse e juramento dos membros eleitos, datada de 22 de Junho; 3 – duas cartas do bispo D. Francisco Gomes do Avelar, datadas de 2 e 3 de Julho; 4 – uma carta do Compromisso Marítimo de Olhão. Alberto Iria transcreveu-os, sob o n.º de documentos 35-37, 87-88, pois conseguiu, através de familiares residentes no Rio de Janeiro, a sua localização e transcrição, mas não computou de interesse referir-se ao seu modo de produção. Na carta enviada pelos parentes, lê-se: «Fizemos o possível para conservar a mesma ortografia dos documentos, que penso estarem copiados na íntegra, pois não nos sobrou tempo para uma conferência; (...). Irá encontrar palavras ligadas e muitos senões, correndo tudo por conta dos originaes. (...) em relação ao pessoal do Arquivo, (...) foram de uma dedicação e boa vontade inexcedíveis, quer nos ajudando na extracção das cópias, quer nos auxiliando a decifrar os manuscritos, alguns bem difíceis de serem lidos, principalmente as assinaturas.» pp. XIX-XX. Por aqui nos parece que a remessa não incluiu os textos impressos. O trabalho de Adérito Fernandes Vaz, por ocasião do bicentenário da Restauração, veio pôr termo às dúvidas por, em colaboração com o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, publicar as cópias dos documentos que foram enviados para o Brasil: todos são manuscritos. Cfr. VAZ (2008) e VAZ (2009).

<sup>25</sup> DARNTON (1992: 154).

Quem era, pois, este D. José María Guerrero e que ventos o trouxeram ao Algarve?

Não temos ainda respostas definitivas a estas questões, mas diremos do que nos foi possível apurar e as hipóteses com que avançamos.

Neste período, a comunhão de interesses e de necessidades aproximou fraternamente o Algarve ao Sul da Espanha. Eleita a Suprema e Provisional Junta de Governo de Faro a 23 de Junho, uma das primeiras providências foi a de confirmar quais as reais intenções da Junta Suprema de Sevilha, que se tinha constituído cerca de um mês antes, quanto à agregação do Algarve a Espanha. O enviado a Sevilha foi o cónego Manuel do Couto Taveira, deputado da Junta de Fazenda, o qual, segundo uma testemunha da época: «depois de algumas dificuldades, concluiu o que se pretendia, ficando d'ahi por diante em harmonia perfeita como se deixa ver pelo facto de ter sido mandado um tenente-coronel anunciar a victoria alcançada de Dupont.»<sup>26</sup>

Seguros, portanto, de que as intenções da Junta de Sevilha eram restaurar a independência espanhola, sem outras ambições mais expansionistas, tornaram-se aliados e, por diversas vezes, se prestaram socorro mutuamente.

Duas hipóteses podem ser lançadas como prováveis para o estabelecimento de D. José María em Faro: 1) refúgio político; 2) uma proposta dirigida pela recente Junta de Governo. À Junta, era necessário um instrumento que lhe permitisse difundir rapidamente os seus actos de governação, o seu expediente, e todos aqueles textos que visavam o encorajamento e a manutenção da vitória alcançada. Apesar de os termos procurado, não lográmos encontrar nem contrato, nem carta, nem licença de impressão, que permita estabelecer de modo definitivo uma ligação contratual. Ainda assim, não temos dúvidas de que o impressor esteve ao serviço da Junta, como se pode ler em algumas das folhas, que se dizem saídas da *Real Imprensa*.

D. José María Guerrero era espanhol, muito provavelmente natural de Cádiz, para onde partiu em meados de 1811 e onde desempenhou a actividade de impressor seguramente entre aquela data e o ano de 1858. Aí, fixou-se primeiro na rua do Imperador, n.º 191, e, depois, a partir de 1820, na rua da Verónica. Em Faro, estabeleceu-se nos dias intensos da Restauração e permaneceu durante os três anos que duraram as invasões.

Que mercado ter-lhe-á permitido viver da impressão durante este período, num território onde, por muito que houvesse leitores<sup>27</sup>, não eram tantos os que poderiam comprar, viabilizando o negócio?

<sup>26</sup> CARVALHO, João Coelho de, *Invasão Francesa no Algarve*, ed. de OLIVEIRA (1902: 191).

<sup>27</sup> Num conceito amplo, o leitor é também aquele que, iletrado, acede à palavra escrita pela sua vocalização, meio pelo qual um coletivo analfabeto pode aceder ao texto e aos valores da cultura escrita, mediante uma audição ativa. Não era noutro sentido, as instruções dadas na célebre lei de 6 de Novembro de 1772 que introduziu em Portugal o ensino público, quando afirma: «nem todos os Individuos destes Reinos, e seus Dominios se hão de educar com o destino dos Estudos Maiores, porque delles se devem deduzir os que são necessariamente empregados nos

Convém, pois, que do universo de textos produzidos, se listem os que até agora conseguimos alcançar, num rol certamente incompleto, mas que permitir-nos-á, com maior propriedade, aferir da sua relevância na massa de escritos produzidos na Restauração, dos seus outros usos, dos seus autores e, enfim, do seu contributo para a alteração ou manutenção do quadro mental de então.

**Tabela n.º 1:** Lista provisória de publicações impressas por D. José Maria Guerrero

N.º	Descrição	Repositório e cota
1.	1808 [30 de Junho?], <i>Representação, ou carta enviada pela Camara desta Cidade de Faro ao Rio de Janeiro a S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor</i> , Faro, Na Officina de Don José Maria Guerrero com Superior permissão. Folheto de 7 pp., in-8.º (21x15).	BNP: H.G. 22540; <a href="http://purl.pt/22280">http://purl.pt/22280</a> .
2.	1808 [5 de Julho], <i>Carta de participacao [sic] que a o seu Soberano o Príncipe Regente de Portugal dirige o Supremo Concelho [sic] de Governo do Algarve, encarregada ao Dor. Antonio Luis de Macedo e Brito, Conego na Cathedral de Faro, e Deputado do mesmo Supremo Concelho [sic]</i> . Folheto de 8pp.	ANTT: Ministério do Reino, mc. 245.
3.	1808 [8 de Julho], <i>Povos do Algarve / A. L. M. B. [Cónego António Luís de Macedo e Brito]</i> . Folha. Descreveu-se através de IRIA (2004 [1941]), doc. 159, entre pp. 164-5), por não se ter localizado na fonte indicada por aquele autor: ANTT, Ministério do Reino, mc 245.	Não localizado.
4.	1808 [22 de Agosto], <i>Povos do Algarve / A. L. M. B. [Cónego António Luís de Macedo e Brito]</i> , impresso nesta Cidade por D. Jose Maria Guerrero na Real Imprensa deste Supremo Concelho [sic] do Reyno do Algarve por ordem do mesmo. Folha. Descreveu-se através de IRIA (2004 [1941]), doc. 160, entre pp. 192-3), por não se ter localizado na fonte indicada por aquele autor: ANTT, Ministério do Reino, mc	Não localizado.

serviços rusticos, e nas Artes Fabris, que ministram o sustento aos Póvos, e constituem os braços e mãos do Corpo Político; **bastariam ás pessoas destes gremios as Instrucções dos Parocos (...)**» (subl. meu). In *Alvará, por que Vossa Magestade, pelos motivos nelle declarados, he servido ampliar o numero de Professores das Escolas Menores em algumas Terras, Villas, e Lugares dos seus Reinos, que se achavão estabelecidos pela Lei de seis de Novembro do anno próximo passado de mil setecentos setenta e dous*, in *PORTUGAL. Collecção das leys, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor...*, Lisboa, Of. Miguel Rodrigues, 1761-[1816?]. Tomo 4 (Jan. 1773/Jan. 1777). Consultado em: [http://bdigital.sib.uc.pt/bduc/Biblioteca\\_Digital\\_UCFD/digicult/UCFD-A-5-7-TOMO-1\\_10/UCFD-A-5-7-TOMO-1\\_10\\_item2/UCFD-A-5-7-TOMO-4/UCFD-A-5-7-TOMO-4\\_item2/index.html](http://bdigital.sib.uc.pt/bduc/Biblioteca_Digital_UCFD/digicult/UCFD-A-5-7-TOMO-1_10/UCFD-A-5-7-TOMO-1_10_item2/UCFD-A-5-7-TOMO-4/UCFD-A-5-7-TOMO-4_item2/index.html).

	245.	
5.	<b>1808</b> [14 de Setembro], [ <i>Pastoral de Dom Francisco Gomes do Avelar</i> ], Impresso nesta Cidade de Faro por D. José Maria Guerrero na Real Imprensa deste Supremo Conselho do Reyno do Algarve. Folheto de 4 pp., in-4.º (30x22). A partir desta data não há mais referências à «Real Imprensa», porque no mês de Dezembro foram extintas todas as Juntas Provisionais.	Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, Pasta D. Francisco Gomes do Avelar.
6.	<b>1808</b> [13 de Dezembro], <i>Proclama, ou Exhortação Pastoral do Bispo do Algarve</i> , s.l., s.i. Folheto de 3pp., in-8.º (23x14). IRIA (2004 [1941]: 196-7) reproduz um outro exemplar deste <i>Proclama</i> impresso em formato folha e onde se lê: «Impressa nesta Cidade de Faro na Oficina de D. José Maria Guerrero». Encontra-se depositado na Biblioteca da Universidade de Coimbra, Coleção Histórica de Leis de 1808-1809 – da Livraria de João Pedro Ribeiro – fl. 372.	BNP H. G. 6752//4 V.
7.	<b>1808</b> [15 de Dezembro], [ <i>Exortação de Dom Francisco Gomes do Avelar</i> ], Impressa nesta Cidade de Faro por D. José Maria Guerrero. Folha, in-4.º (30x27).	Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, Pasta D. Francisco Gomes do Avelar.
8.	<b>1809</b> [6 de Janeiro], <i>Edital / F. Bispo e Governador interino das Armas</i> , Impresso nesta Cidade de Faro na Oficina de D. Jose Maria Guerrero. Folha in-folio (44x32).	Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, Pasta D. Francisco Gomes do Avelar.
9.	<b>1809</b> , <i>Instruções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas</i> , F. Bispo Governador interino das Armas, Impressas nesta Cidade de Faro por D. José Maria Guerrero a 10 de Abril de 1809. Folheto de 7 pp., 4 gravs., in-8.º (22x17,5). Este exemplar encontra-se incompleto porque lhe falta uma gravura. O conjunto das cinco é reproduzido em ATAÍDE (1902)	BNP RES-296-V; <a href="http://purl.pt/17465">http://purl.pt/17465</a> .
10.	<b>18/07/1810-13/03/1811</b> , <i>Gazeta de Ayamonte</i> , En la Imprenta del Gobierno [Faro: D. José María Guerrero]. Periódico de 8-12 pp., in-4.º	Archivo General Militar de Madrid: colección del Fraile; Biblioteca Nacional de España; Hemeroteca Municipal de Madrid
11.	<b>1810</b> [21 de Agosto], <i>Pastoral pella qual V. E. em cumprimento das Ordens do Governo destes Reinos exhorta aos seus amados Diecesanos [sic] a concorrerem com as suas esmolas para ajuda do Resgate dos Captivos em Argel, como contribuição voluntaria, encarregando a arrecadação aos Reverendos Parocos</i> , Impressa em Faro por D. José Maria Guerrero.	Arquivo Histórico da Diocese do Algarve: Pasta D. Francisco Gomes do Avelar.

	Folheto de 4 pp., in-4.º (29x21).	
12.	<b>1811</b> , <i>Diario de las operaciones de la division del condado de Niebla que mandó el mariscal de campo Francisco de Copons y Navia, desde el dia 14 de abril de 1810, que tomó el mando, hasta el 24 de Enero de 1811, que pasó este general al 5º ejército / por José Ibañez, ingeniero voluntario encargado en el diário de dicha division</i> , Impreso en Faro por D. Jose Maria Guerrero. Livro de 131 pp., in-8.º (20).	Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliografico.
13.	<b>1811</b> , <i>Verdad en toda su luz y espejo muy terso y brillante com cuja claridade y auxilio podra España ocurrir a sus males y vencer a sus enemigos infaliblemente / por un sacerdote amante de su nacion</i> ; en Faro, por D. José María Guerrero. Folheto de 20 pp., in-4.º.	BNE: Sede de Recoletos, R/60163(17), Sala Cervantes.
14.	<b>1811</b> [8 de Abril], [ <i>Exortação de D. Francisco Gomes do Avelar</i> ], Impressa nesta cidade por D. Jose Maria Guerrero. Folha in-folio (43x35).	Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, Pasta D. Francisco Gomes do Avelar.

Este conjunto de títulos, ainda que em reduzido número, é uma amostra muito significativa, quer do ponto de vista da actividade da oficina, uma vez que se reuniram edições de todos os anos da sua laboração, quer do ponto de vista da evolução da resistência ao invasor, desde a rebelião até à saída definitiva do exército francês da Península Ibérica.

Os dois primeiros documentos listados são documentos oficiais que registam a notícia da restauração do Algarve ao príncipe regente. Acreditamos, pelo que ficou dito na nota 24, que não terão ido a bordo do caíque *Bom Sucesso*, mas as autoridades eleitas para o Governo da província entenderam fixar em letra de imprensa os textos que comunicaram a ruptura, salvaguardando a sua memória futura. Parece-me, por isso, legítimo afirmar que o Supremo Conselho do Reino do Algarve tomou a tipografia como o instrumento da comunicação oficial da ordem restaurada. Vejamos se os títulos seguintes o confirmam.

Os itens 3. e 4. são da autoria de um dos deputados da Junta de Governo, António Luís de Macedo e Brito, como já o fora da *Carta de participação* (2.) e integram-se numa outra tipologia: tratam-se de proclamações de incitamento ao combate, solicitadas pelo presidente da Junta, Francisco de Melo da Cunha de Mendonça e Menezes, Monteiro Mor do Reino, pelas quais declarou, a propósito do seu autor:

«foi hum dos Deputados da extincta Junta do Reyno do Algarve, que exemplarmente dizempenhou as funçoens, que lhe erão henerentes, e mui

particularmente se distinguio em diversas proclamaçoens, que lhe mandei fazer para induzir, e ístimular os Povos á defeza da Capital (...)»<sup>28</sup>

António Manuel de Macedo e Brito (1779-1847) integrava o escol intelectual da época: era doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra (1798) e, em Faro, foi Cónego Prebendado da Sé, sendo eleito a 22 de Junho de 1808 deputado pelo clero do Governo do Algarve. A sua capacidade retórica foi chamada à praça para travar o combate estratégico-ideológico que estribava a expulsão do inimigo.

A proclamação de 8 de Julho de 1808 (3.), a todos clamou pela participação, acordando os ideais patrióticos: os mancebos foram convocados a apresentar-se no prazo de oito dias aos regimentos correspondentes; o «respeitavel Clero, distinctos Cavalleiros, ricos proprietarios, generozos commerciantes, honrados artistas» foram convidados a concorrer com consideráveis donativos; e até as mulheres não foram desprezadas, pedindo-se-lhes que se inscrevessem activamente na história, trocando inclusivamente de papel social e político em nome da nação<sup>29</sup>. Leiamo-lo:

«Dignas e virtuozas Máys, amaveis espozas, e matronas d'este Reyno, séde vós as proprias que leveis vossos filhos, vossos maridos a encarar o inimigo; sacrificai os puros sentimentos da natureza e da ternura a os nobres sentimentos do Amor da Patria; **preferi o nome de Cidadóas a o doce nome de Máys**; derramai lagrimas de alegria sobre os corpos de vossos filhos, de vossos espozos penetrados de feridas pela salvacáo da Patria; fazei renascer os tempos da virtuoza Roma, que se tantas vezes foi salva da perda da sua liberdade, da tyrannia dos Decemviros, das maós de hum proscripto, a o vosso generozo sexo o deveo sempre.» (subls. meus).

Não poderia ser mais abrangente este apelo. Foi «publicado, e affixado a Bando», ou seja, lido publicamente aos iletrados e afixado nos lugares públicos para leitura dos que possuíam tal competência. Era o início da cadeia de transmissão, pois a divulgação posterior era assegurada pela oralidade<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> IRIA (2004 [1941]: 403), documento n.º 158.

<sup>29</sup> Se os estudos sobre o papel das mulheres em momentos como este têm sido secundarizados, como lembraram Glória Marreiros e Ana Paula Assunção em MARREIROS (2004: 49-50 e 53-4), não é por falta dele ter sido reclamado no momento da ação, como aqui fica patente.

<sup>30</sup> Em outro período igualmente agitado, por ocasião da aclamação de D. Miguel em Faro, em 1828, Lázaro Doglioni deixou-nos testemunho de outras habituais e eficazes vias de comunicação, como as notícias difundidas pelos almocreves, os boatos, ou as modas, como esta: «O Corcuvado compunha algumas modinhas acomodadas à música: "Já chegou, já chegou o nosso Rei"; e em todas elas não falava senão de "matar", "enforçar", "deitar ao fundo", "guisar o coração", deste, daquele, e de todos os constitucionais. **Ensinava estas modinhas ao seu moço e este saía a ensiná-las aos outros moços da cidade, que em pouco tempo todos as cantavam.**», (subl. meu) in DOGLIONI, *Memórias* (1991: 34). A oralidade, o «boca-ouvido» era obviamente um meio estruturante para incubar e projetar ideias e valores.

Um mês depois, a luta pela independência travava-se principalmente no domínio da informação. O Algarve também o acusou. O proclama de 22 de Agosto (4.), se não prova o alcance das ideias jacobinas entre os nossos «honrados Cidadãos», como o seu autor quer convencer, denuncia as ofensivas noticiosas dos franceses, que são acusados de introduzir aqui missivas falsas, revelando o jogo duplo e a amizade entre as autoridades portuguesas e francesas:

«Vendo pois a quelles sacrilegos, e infernaes monstros que Armas tão fortes, como as que nos ministrão a Religião, eo amor da Patria, são invencíveis, se pretendem valer da mais horrorosa, e negra perfídia, **fabricando cartas dirigidas aos honrados Cidadãos, que entre vós figurão, e que pelos seus talentos, valor, e fidelidade, vos podem dirigir, nas quaes fingem antigas, e subsistentes correspondencias da mais abominavel infidelidade, cujos incendiários escriptos fazem espalhar entre os Povos a fim de semeanem, e fazerem crescer a discordia Civil,** acabando por este modo com os verdadeiros Portugueses, que podem dirigir, e animar os seus Concidadãos (...).» (subls. meus).

Para contrariar estes e outros meios utilizados pelas forças napoleónicas, Macedo e Brito não só usou a letra de imprensa, como foi o próprio a legitimar o papel impresso como o meio autorizado de transmissão da notícia fidedigna:

«Amados, e fiéis Algarvios, ficai prevenidos contra trama tão horrorosa; confiai no Governo que vos dirige, o qual novamente, e todos os dias vos protesta, e jura morrer, se necessario for, pela Religião, pelo Soberano, e pela Patria, a qual está por momentos a salvar-se. **As mais agradaveis noticias, que vão brevemente a imprimir-se, nos assegurarão da proxima restauração da nossa Capital;**» (subls. meus)

A partir daqui, os textos portugueses passam a ser da autoria do bispo do Algarve e Governador interino das Armas, D. Francisco Gomes do Avelar.

A Pastoral de 14 de Setembro (5.) é um texto extenso de congratulação pela Restauração, de reforço da doutrina e de repressão das ideias subversivas, que, claramente disseminadas, urgia cercear:

«Não podemos porém deixar de vos dizer, Amados Filhos, que os nossos louvores e agradecimentos só então serão aceitos ao Senhor, quando nós eficazmente resolvermos viver como bons Cristãos, e muito fiéis a Deus, guardando a sua Lei Santíssima, e os Preceitos da Santa Igreja como verdadeiros Portugueses: **abominando os ímpios e péssimos costumes dos infelizes e falsos hóspedes,** que prometendo proteger-nos, nos roubaram, e que de todo os destruiriam, se Deus não reprimira a sua fúria; e lhes não mandara como ao mar: *Chegareis até*

*aqui, mas não passareis avante, e nas areias humildes do pobre Algarve quebrareis a fúria das vossas ondas encapeladas. **Detestemos, Filhos, a impiedade falsa fé dos inimigos declarados do Sacerdócio e do Imperio, e abominemos as suas máximas:** e o seu nome detestável fique entre nós em horror e abominação, e assim passe a longa posteridade.»* (p. [3]) (subls. meus).

Depois da chamada dirigida à população em massa, invocando o valor do patriotismo e pedindo-se-lhe que assumisse a sua cidadania, dificilmente se conseguiu controlar as consequências da consciencialização dessa condição, como, em trabalho de fôlego, demonstrou José Augusto dos Santos Alves<sup>31</sup>.

Extintas todas as Juntas Provisionais em Dezembro 1808, D. José María Guerrero passou a assumir o seu trabalho sem outras vinculações. O autor continuou a ser D. Francisco Gomes do Avelar, alimentando até ao fim uma tipografia que naturalmente gozou da sua licença e da sua protecção.

As folhas seguintes transmitem o recrudescer da ameaça militar e apelam à luta armada:

«Como Deos Pelêja comnosco, unamo-nos em espirito de Religião, pois a guerra he contra o impio, e perseguidor da Igreja; e supliquemos ao Senhor Deos dos Exercitos, que nos favoreça com a sua misericordia: unamo-nos resolutos a obedecer, e ser fieis; **e logo tomemos as armas para vencer, destruir, e até, se possível for, aniquilar** esse inculcado *Omnipotente do Universo*. [...] **Vamos pois todos ao Campo com as armas nas mãos, e o valor no peito a sacrificar as proprias vidas em defesa da Religião, do Direito do Nosso amavel Soberano, da Patria, e da Liberdade.** [...] Amados Algarvios, bons Patricios Portuguezes, **ou morrer ou vencer.** Quem vence animoso, triunfa do inimigo: quem morre na defesa da Patria, e muito mais para conservar e defender a Fé e a Santa Religião, triunfa da morte, para viver eternamente.» (6., pp. [2-3]; subls. meus).

A folha de 15 de Dezembro (7.) vai no mesmo sentido e serviu para transmitir o conteúdo da carta remetida pela Secretaria de Estado, que ordenava o

---

<sup>31</sup> É na sua tese de doutoramento que o autor conclui: «Diria que o processo de interiorização à consciência da libertação coletiva do território nacional, face às invasões francesas, é coetâneo com a assunção da consciência e da convicção da liberdade individual. Ao mesmo tempo que se “diaboliza” o ocupante, emerge a consciência da própria liberdade individual e social. Mecanismo psicopolítico de dupla face e de duplo efeito que pode detetar-se, não de imediato, mas que se vai detetando ao longo da produção impressa do momento. Se no início é apenas a “demonização” do inimigo, nas fases seguintes é já o “apelo” aos valores individuais e coletivos que, por um lado, potenciam a “infemalização” do ocupante, por outro, consciencializam uma dinâmica de libertação coletiva e de liberdade individual que “estala” com a subjugação ancestral e com a opressão de uma sociedade autoritária e inamovível. Se as invasões francesas contribuem para aprofundar a identidade nacional, por outro lado, vão conduzir à interiorização do sentimento de cidadania. Estamos assim perante dois espaços solidários, o da cidadania e o da identidade política que se recobrem e se contradizem na génese da sua formação, na medida em que ambas nascem de ramificações diferentes: uma é a “demonização” do ocupante, outra é a “sacralização” da sua ideologia.» in ALVES (2000: 304).

armamento generalizado da população contra o inimigo «que vem chegando ao centro de Hespanha».

Em Janeiro de 1809, os ânimos estavam levantados e o perigo da contra-revolução era um risco. A 6 de Janeiro, D. Francisco Gomes publicou (8.):

«he da Nossa Paternal obrigação, e dos deveres, de que estamos encarregado por serviço de Deos, e da Pátria, **lembrar a todos os Cidadãos Moradores, e Convizinhos** deste Reino do Algarve, que como Christãos, e fieis á Religião que professámos, ao noos Príncipe, e á Pátria, **deteste cada hum, e lance de si com abominação os perniciosos estímulos da vingança e do odio**, conservando-se em paz cada hum com seu proximo, e **em obediencia a todos aqueles, que tem jurisdição para mandar, zelar a observancia das Leis, e fazer executar as Ordens Superiores; por terem mais razão de saber o que convem para conservação das nossas vidas, defesa da Pátria, e bem de todos; o que se não pode** felizmente conseguir **sem fiel obediencia, e perfeita união de todos para tam importante e necessario fim**. Por esta razão vamos recomendar a todos vós a paz e a união para o bem, e que nenhum de vós por si, ou por inducção de algum malevolo, suscite motins publicos ou particulares, de que necessariamente resulta infalivel perdição dos mesmos motores (...)» (subls. meus).

A liberdade da pátria não era já o único móbil que comandava mãos, peito e vidas (cfr. 7.), como desejava D. Francisco Gomes.

As preocupações do Bispo do Algarve foram, de resto, muitas e variadas e a sua acção tocou vários aspectos da vida da sociedade, considerando-se que desempenhou um papel visivelmente reformador no seio da sociedade algarvia.

Homem erudito, formado na Congregação do Oratório, fez parte de uma ilustrada rede de sociabilidade intelectual do seu tempo<sup>32</sup>, que tinha na promoção da instrução e da ciência, princípios basilares de uma vida edificante e da promoção da felicidade comum.

D. Francisco Gomes usou com grande perspicácia quer a arte<sup>33</sup>, quer o material impresso<sup>34</sup> como veículos da pedagogia da fé, da reforma da moral, até da subsistência do povo, subjugado pela miséria e pela ignorância.

As *Instrucções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas* (9.) cumpriam este desígnio. Necessidade sentida na prática do seu múnus, no desenvolvimento da economia local, da liberdade de circulação e na da defesa militar<sup>35</sup>, a existência de boas estradas e pontes foram uma questão deveras

<sup>32</sup> A prová-lo está o conjunto de correspondência trocada com Frei Manuel do Cenáculo, D. José Maria de Melo ou José de Seabra da Silva.

<sup>33</sup> Cfr. CORREIA (1996).

<sup>34</sup> Exporemos desenvolvidamente, em outro texto, os usos que D. Francisco Gomes do Avelar deu à produção impressa.

<sup>35</sup> Em 1804, D. Francisco Gomes do Avelar declarou ter já visitado o Bispado cinco vezes, três em visita ordinária, duas em visita extraordinária e acompanhava de perto as obras que promovia, espalhadas por toda a região [cf.

sensível para D. Francisco Gomes que, quando D. João ordenou que para meio de transporte dos párocos fossem substituídas as cavalgadas por jumentos, o Bispo ameaçou demitir-se das suas funções, caso se mantivesse tal disposição<sup>36</sup>.

As advertências que abrem o texto das *Instruções* são um verdadeiro programa da acção Avelariana: o serviço em prol do bem público, a rentabilização e boa gestão dos recursos particulares e públicos, e, não menos importante, a ligação entre o belo e o útil:

«Primeiramente devemos todos persuadir-nos, que as boas Estradas servem muito para o bem Público; e por isso todos os Povos civilizados sempre cuidaram, e hoje cuidam, com grande eficácia neste ponto.

Em segundo lugar deve haver sumo cuidado em que as Estradas se façam de modo, que permaneçam, para não se perder o trabalho e despesa.

Em terceiro lugar se deve atender a que uma Estrada é uma espécie de edificio; e deve ter fundamento sólido, paredes bem construídas, pavimento livre de obstáculos; e também admite sua formosura e ornato: e com especialidade lhe dá beleza a ser direita, quanto for possível.»

O texto sobre a construção e manutenção das vias de comunicação é também um renovado apelo à cidadania. Leiam-se as frases finais: «E em tudo se deve atender ao bem Publico, que igualmente toca e utiliza a cada hum dos

---

ANTT, Ministério do Reino, mç. 596, cx. 697: *Correspondência diversa sobre negócios eclesiásticos (1751-1811)*. Em 1808, em virtude de assumir as funções de Governador interino das Armas sentiu pessoalmente as limitações das frágeis vias de comunicação existentes, pois não se limitou a uma prática meramente burocrático-administrativa, como nos deu testemunho João Coelho de Carvalho: «Como, porém, não havia neste reino patente superior a quem fosse encarregado o seu governo, foi o Ex.mo Sr. D. Francisco Gomes encarregado pela regência do comando de todo ele, militar e civil, em que mostrou a sua actividade, mandando proceder na defesa do Guadiana, onde se restabeleceram as fortalezas demolidas e se fabricaram baterias novas em toda a linha, de maneira que se fazia respeitável ao inimigo e admirável aos nacionais, que confiaram tudo ao incansável zelo e vigilância do mesmo Senhor, que, continuamente, visitava por si a linha de defesa, do que deu provas cabais na ocasião que os franceses, invadindo as Andaluzias, chegaram a Ayamonte, onde se não demoraram uma noite. Então chamou ele ao ponto do Guadiana as ordenanças, reunindo ali acima de cinco mil fuzileiros, que sustentou alguns meses com incómodo seu e prejuízo da sua fazenda, sendo preciso fazer uma colecta para os calçar como se fez.» in *Invasão francesa no Algarve*, ed. de ATAÍDE (1902: 196-197).

<sup>36</sup> «Mandou Vossa Alteza Real tirar aos párocos da diocese do suplicante as cavalgadas, concedendo-se-lhes apenas jumentos para levarem o Santo Sacramento aos seus paroquianos; e isto **por montes escarpados e inacessíveis e passarem ainda de noite ribeiras no rigor do inverno**; há paróquias na diocese do suplicante de 10 léguas de extensão, e de serra. Como é possível que possam os párocos satisfazer as suas obrigações por aquele modo, gastando dias em ir e voltar para as suas Igrejas? Muitos morrerão sem sacramentos e os párocos vão largar suas Igrejas, e tudo fica ao desamparo. O suplicante, pois, requer e pede providencias e se por impossível não for deferida a sua petição por certo será obrigado a demitir-se também por se ver sem meios de apascentar o seu rebanho, que não pode ver perecer à míngua por uns tais motivos.» Carta datada de Palácio, 15 de Outubro de 1811. ANTT, Ministério do Reino, mç. 596, cx 697.

particulares; e cuja atenção dá a conhecer os Povos civilizados, e quaes são os verdadeiros Cidadãos, e sinceros Amantes da Patria.» (pp. VI-VII)<sup>37</sup>.

Estranhar-se-á umas *Instrucções* de carácter técnico redigidas por mão de Bispo. Mas D. Francisco Gomes do Avelar não era um leigo nestas matérias. Para além do conhecimento de “experiência feito”<sup>38</sup>, os seus conhecimentos e interesses nas áreas da Matemática, Geometria e Arquitectura podem ser comprovados pelos diversos volumes dedicados a estas matérias que compunham a sua livraria<sup>39</sup>.

Depois deste folheto, apenas chegaram até nós mais duas publicações impressas de D. Francisco Gomes: uma de 1810 (11.) solicitando aos fiéis esmolas para auxílio no resgate dos cativos em Argel e a outra, datada de Abril de 1811 (14.), mês no qual se dá a retirada definitiva das tropas francesas, e que terá coincidido, muito provavelmente, com a partida de D. José María Guerrero para a sua pátria. Nesta folha, o Bispo do Algarve exortou aos louvores de agradecimento e à reforma dos costumes, atendendo aos divinos benefícios manifestados para com o povo algarvio.

Como se pode observar na lista que compusemos, o poder instituído no Algarve não foi o único a contribuir para a produção tipográfica da oficina de D. José María Guerrero.

Esta imprensa revelou-se, na verdade, um meio fulcral para as vitórias alcançadas num e no outro lado da fronteira. Com a chegada do rei José a Sevilha em Fevereiro de 1810, a Junta que proclamara o rei D. Fernando VII seu legítimo monarca, viu-se obrigada a retirar para Ayamonte, onde foi também atacada a 6 de Março. Do lado de cá da fronteira, o bispo D. Francisco Gomes do Avelar coligou todos os recursos à sua disposição para garantir a intransponibilidade do Guadiana, testando assim a eficácia das baterias que mandara antes reedificar:

«Em 8 de Fevereiro estabelecera o prelado o seu quartel general em Vila Real de Santo António e, quando na noite de 6 de Março, já em Tavira, recebeu aviso de que uma Divisão de Exército de Soult se dirigia para Ayamonte, fez transportar

---

<sup>37</sup> ALVES (2000: 19): «Uma civilização e uma revolução do corpo, que passa obrigatoriamente pela liberdade do sujeito, não pode ser desligada de uma revolução topográfica, das pontes e das estradas, das vias de comunicação, transportes. Na transição do século XVIII para o século XIX toma-se consciência em Portugal da necessidade de conhecer a realidade do país, assiste-se a um processo singular de civilização dos corpos e o “mapa” de Portugal torna-se uma ferramenta indispensável». Creio que José Augusto dos Santos Alves não conhece o texto de D. Francisco Gomes do Avelar, mas este bem poderia ter sido a fonte das suas palavras. Na verdade, o Algarve, desde 1772 encontrou-se envolvido activamente nessa “necessidade de conhecer a realidade do país”, iniciando um processo longo de integração económica e cultural na nação e que foi precipitado aquando do movimento restaurador. D. Francisco Gomes do Avelar não esteve desacompanhado: entre 1772 e 1808 registou-se na região uma intensa actividade de levantamentos topográficos, relatórios, estatísticas, projectos de construção e de obras em curso, realizados sobretudo por engenheiros militares, que visavam esse conhecimento e unidade.

<sup>38</sup> «Ajudei algumas obras e até mandei fazer uma ponte de madeira, e a tenho por vezes reparado, a qual tem sido muito útil ao público; como também outra em Aljezur, e muitas fizera, se as forças chegassem (...). ANTT, Ministério do Reino, mç. 596, cx. 697: *Correspondência diversa sobre negócios eclesiásticos (1751-1811)*, carta dirigida ao Conde de Vila Verde, datada de 2 de Agosto de 1804.

<sup>39</sup> Desenvolverei este assunto, em capítulo próprio, num outro texto.

para as baterias da fronteira todas as munições disponíveis nos depósitos de Faro, conduzidas a Vila Real pelo tenente António Pedro Buys, o qual ficou ali à testa da bateria do Pinheiro.»<sup>40</sup>

A falta de condições de segurança levou a Junta a refugiar-se temporariamente em Faro. A 15 de Maio de 1810, a *Gazeta de Lisboa* participou:

«*Noticias transmitidas de Faro, em data de 8 de Maio,*  
Chegou à Junta de *Sevilha*, aqui refugiada, a noticia da divisão, que fez *Napoleão* de toda a *Hespanha* pelo seus Generaes, conferindo-lhes o governo civil e militar nas Provincias que occupão, e determinando-lhes que sustentem seus Exercitos á custa dos Póvos ; estranhando muito o grande aumento da divida Pública, feito pelo irmão *José*, de modo que a *Hespanha* já não pertence a este ultimo, mas está dividida. (...) Aqui (*em Faro*) estaó demoradas as recrutas (*quintos*) dos Póvos livres, e os dispersos, que todos fazem 1.500 homens.»

Pela descrição coeva que D. José Ibañez (12.) fez do estado de ânimo da população e das frágeis condições militares que defendiam a Junta de *Sevilha*, percebe-se a origem do prudente «avanço à rectaguarda» que a trouxe a Faro.

A 30 do mês já a Junta havia regressado a Ayamonte. Nessa data expediu uma carta ao Marechal D. Francisco de Copons y Navia, onde reconhecia que a falta de um prelo no local deixava a Junta numa posição desfavorável face às investidas do inimigo. Desde Fevereiro que, aquando da chegada do rei José a *Sevilha*, se editava a *Gazeta de Sevilla*, não existindo até então nenhum outro meio de contra-informação: «siéndole sensible que la falta de Ymprenta no permita extenderlas en crecido número [as suas proclamações]»<sup>41</sup>.

Ficamos a saber que se diligenciou uma imprensa em Cádiz, mas a sua transferência para Ayamonte foi gorada. Foi novamente em Faro que a Junta experimentou protecção e cooperação, encontrando aqui o meio seguro para imprimir os seus proclamas e fundar um meio de comunicação que permitisse inflamar o amor à pátria e o ódio ao inimigo:

«No habiendo surtido efecto las eficaces instancias de esta Junta para que se le remitiese de Cádiz una Ymprenta, ha practicado las necesarias diligencias en Faro para poder imprimir allí los papeles que combengan, y en efecto se ha conseguido que en dicha ciudad se presten a imprimir una o dos Gazetas semanales (...)»<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> IRIA (2004 [1941]: 201).

<sup>41</sup> Real Academia de la Historia, Colección de Manuscritos del General Copons y Navia. Cota 9/6966. *Apud* SALDAÑA FERNÁNDEZ (2006: 187, nota 13).

<sup>42</sup> Real Academia de la Historia, Colección de Manuscritos del General Copons y Navia. Cota 9/6967, *apud* SALDAÑA FERNÁNDEZ (2006: 188, nota 15).

Era deste modo que a Junta de Sevilha lançava mão de um poderoso instrumento de que a Junta de Governo do Algarve se havia munido em 1808. Aquela tinha também agora ao seu dispor uma imprensa, um tipógrafo e circulação livre entre Ayamonte e a cidade de Faro, o que lhe permitia imprimir com relativa segurança todos os seus papéis e uma ou duas gazetas semanais, como se lê nas cartas. Estava aberto, portanto, o caminho para uma margem alargada da multiplicação de notícias, como bem evidenciou José Saldaña Fernández:

«Las propias autoridades, de uno y otro bando, entendieron plenamente la importancia que cobraban las publicaciones periódicas dentro del marco general de ruptura abierto tras el levantamiento de mayo de 1808. De esta manera, como respuesta a un conflicto con formas de combate que iban más allá del enfrentamiento militar, las facciones enfrentadas entablaron una lucha en el plano ideológico, en el que la difusión de ideas y noticias con carácter propagandístico cobraría un especial protagonismo. En este contexto de ruptura y enfrentamiento total surgiría en Ayamonte la primera publicación periódica de la actual provincia de Huelva.»<sup>43</sup>

«La primera publicación periódica de la actual provincia de Huelva» foi, portanto, impressa em terras portuguesas. Intitulou-se *Gazeta de Ayamonte* e visou fazer frente à *Gazeta de Sevilla*, publicada pelo governo francês. Imprimiu-se entre 18 de Julho de 1810 e 13 de Março de 1811, embora a data da sua suspensão não seja ainda definitiva, tendo em consideração a falta de colecções completas. Saía às terças-feiras e era composta por 8 a 12 páginas, in-4.º. Até Dezembro de 1810, dizia-se impressa na «Imprenta del Gobierno», mas, a partir do n.º 23, datado de 19/XII/1810, passou a identificar o impressor: «por D. José María Guerrero Impresor del Gobierno»<sup>44</sup>.

Na carta há pouco referida, a Junta afirmava ao Marechal Copons Y Navia a disponibilidade de Faro para a impressão de todos os seus papéis e gazetas; de entre o que aí se imprimiu chegaram até nós a *Gazeta de Ayamonte* e o diário de guerra do já referido Marechal, a cargo do engenheiro José Ibañez, editado em 1811. Ambos foram impressos na oficina de D. José María, ambos são textos de propaganda e, sobretudo o segundo, de enaltecimento ao espírito de resistência e de patriotismo, representado por D. Francisco de Copons y Navia.

Também nesse ano, de autor desconhecido, «un sacerdote amante de su nacion», foi dado à estampa um outro folheto espanhol, de feição nacionalista, intitulado *Verdad en toda su luz y espejo muy terso y brillante com cuja claridade y auxilio podra España ocurrir a sus males y vencer a sus enemigos infaliblemente* (n.º 13.).

---

<sup>43</sup> SALDAÑA FÉRNANDEZ (2006: 186).

<sup>44</sup> SALDAÑA FÉRNANDEZ (2006: 189, nota 24) alerta para o facto de a identificação do impressor poder ter sido feita em números anteriores, tendo em consideração que não lhe foi possível localizar os números 18-22.

Ao dispor quer do Governo do Algarve, quer da Junta Suprema de Sevilha, a tipografia de D. José María Guerrero serviu de plataforma editorial comum a Portugal e Espanha na luta pela restauração da independência. O impressor foi, por conseguinte, um actor decisivo na consolidação das vitórias alcançadas, porque nos seus prelos os textos puderam obter a forma que os governos restauradores investiram simbolicamente como a forma da legitimidade e da verdade informativa. A vitória foi, portanto, dupla mas interdependente: liberdade e impresso<sup>45</sup>.

O reaparecimento da tipografia no Algarve e a circulação dos seus papéis esteve, assim, relacionado com motivações políticas, mas, cumpre destacar que o estudo sobre este mediador cultural também permite, pelo que aqui foi arrolado, contestar a imagem de passividade e de atraso tantas vezes associada à cultura periférica (de que centro?...), assim como, creio, reconhecer a essa mesma periferia um espaço de autonomia e de independência no qual ela não só recebe, como apropria, adere ou resiste, cria.

Para finalizar, e atendendo ao carácter das publicações identificadas (noticioso, pragmático, mais ou menos destinado a um espaço geográfico específico, produto de um determinado contexto editorial, dimensão) e à sua dispersão por vários arquivos, lembrar que é de todo o interesse o cuidar da sua divulgação, pois, como lembrou Victor Infantes, é mais provável localizar um incunábulo desconhecido, do que topar com estes «impressos menores»<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> A vitória do impresso não foi, contudo, definitiva; a tensão entre este e outros veículos de comunicação continuou doravante, como a seguir exemplificamos. O período da Patuleia (1846-7) voltou a dar protagonismo à palavra escrita impressa. Os dois prelos da tipografia do Governo Civil foram sequestrados e postos sob a alçada dos homens do pronunciamento (ADF, Fundo do Governo Civil, lv. 465, ofício n.º 84). Nela, foi impresso o *Popular: Jornal do Algarve*, estruturalmente semelhante à *Chronica do Algarve* (1833), embora de ideologia oposta. Os correios foram controlados, violados e roubados e não tardou que, localmente, começassem a ser impressos os primeiros papéis do pronunciamento, protagonistas de uma tensão entre o que fixar e o que divulgar, ou, para ser mais precisa, o que «publicar». A 10 de Outubro de 1842, foi posta a circular uma proclamação, convidando os «habitantes da província a juntarem-se para ir salvar a Soberana e pô-la em liberdade e sustentar a Carta Constitucional como também o Decreto de 10 e Fevereiro de 1842»; contudo, como lembra Lázaro Doglioni, paralelamente: «os conjurados espalharam por toda a parte que a rainha era traidora e que devia ser lançada fora do reino», in DOGLIONI (1991: 67). Fica clara a concorrência, à época entre a folha impressa, fixando o discurso oficial, e a oralidade, incontrolável, sediciosa, destacando-se o papel dos vozeiros, a quem o povo iletrado acorria na procura da notícia fresca. Sobre o papel dos «noticiários» na transição de um sistema marcado predominantemente pela oralidade para o domínio da civilização do impresso e a sua importância no desenvolvimento da opinião pública em Portugal, veja- ALVES (2000: 45-9).

<sup>46</sup> INFANTES (1997: 290-2).

## Bibliografia

### Fontes manuscritas

ANNT, Ministério do Reino, mç. 596, cx 697: *Correspondência diversa sobre negócios eclesiásticos (1751-1811)*.

ADF, Governo Civil, lv. 465: *Livro da Correspondência com o Ministério do Reino (08/11/1842-30/12/1848)*.

### Fontes impressas

*Alvará, por que Vossa Magestade, pelos motivos nelle declarados, he servido ampliar o numero de Professores das Escolas Menores em algumas Terras, Villas, e Lugares dos seus Reinos, que se achavão estabelecidos pela Lei de seis de Novembro do anno próximo passado de mil setecentos setenta e dous, in PORTUGAL. Collecção das leys, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor..., Lisboa, Of. Miguel Rodrigues, 1761-[1816?]. Tomo 4 (Jan. 1773/Jan. 1777).*

AVELAR, D. Francisco G. do (1808), [*Pastoral*], Impresso nesta Cidade de Faro por D. José Maria Guerrero na Real Imprensa deste Supremo Conselho do Reyno do Algarve.

AVELAR, D. Francisco G. do (1808), *Proclama, ou Exhortação Pastoral do Bispo do Algarve*, s.l., s.i.

AVELAR, D. Francisco G. do (1808), [*Exortação*], Impressa nesta Cidade de Faro por D. José M. Guerrero.

AVELAR, D. Francisco G. do (1809), *Edital*, Impresso nesta Cidade de Faro na Officina de D. Jose Maria Guerrero.

AVELAR, D. Francisco G. do (1809), *Instrucções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas*, Impressas nesta Cidade de Faro por D. José Maria Guerrero.

AVELAR, D. Francisco Gomes do (1810), *Pastoral pella qual V. E. em cumprimento das Ordens do Governo destes Reinos exhorta aos seus amados Diecesanos [sic] a concorrerem com as suas esmolas para ajuda do Resgate dos Captivos em Argel, como contribuição voluntaria, encarregando a arrecadação aos Reverendos Parocos*, Impressa em Faro por D. José Maria Guerrero.

AVELAR, D. Francisco G. do (1811), [*Exortação*], Impressa nesta cidade por D. Jose Maria Guerrero.

BRITO, António Luís de Macedo (1808), *Povos do Algarve*, s.l., s.i.

BRITO, António Luís de Macedo (1808), *Povos do Algarve*, impresso nesta Cidade por D. Jose Maria Guerrero na Real Imprensa deste Supremo Concelho [sic] do Reyno do Algarve por ordem do mesmo.

*Carta de participacao [sic] que a o seu Soberano o Principe Regente de Portugal dirigio o Supremo Concelho [sic] de Governo do Algarve, encarregada ao Dor. Antonio Luis de Macedo e Brito, Conego na Cathedral de Faro, e Deputado do mesmo Supremo Concelho [sic] (1808), s.l., s.i.*

CARVALHO, João Coelho de, *Invasão Francesa no Algarve*, ed. de OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde (1902), *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*, Porto, Typographia Universal, pp. 175-198.

*Diario de las operaciones de la division del condado de Niebla que mandó el mariscal de campo Francisco de Copons y Navia, desde el dia 14 de abril de 1810, que tomó el mando, hasta el 24 de Enero de 1811, que pasó este general al 5º ejército / por José Ibañez, ingeniero voluntario encargado en el diario de dicha division (1811)*, Impreso en Faro por D. Jose Maria Guerrero.

DOGLIONI, Lázaro, *Memórias sobre a Aclamação do Infante D. Miguel em Faro*, manuscrito editado por MESQUITA, José Carlos Vilhena (estudo introdutório) (1991), Faro, Delegação Regional da S.E.C.

*Folhas volantes da Guerra Civil no Algarve*, 1833.

*Gazeta de Ayamonte* (1810-1811), En la Imprenta del Gobierno [Faro: D. José María Guerrero].

*O Manuscrito de João da Rosa* (2008), 2.<sup>a</sup> ed. act. e anotada, Olhão, Câmara Municipal.

*Representação, ou carta enviada pela Camara desta Cidade de Faro ao Rio de Janeiro a S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor* (1808), Faro, Na Officina de Don José M. Guerrero.

SALDAÑA FERNÁNDEZ, José (2006), «La prensa en el Suroeste Peninsular durante la Guerra de la Independencia: la Gazeta de Ayamonte como vehículo de expresión de la Junta Suprema de Sevilla», in CANTOS CASENAVE, Marieta (ed.), *Redes y espacios de opinión pública: XII Encuentros de la Ilustración al Romanticismo 1750-1850 Cádiz, América y Europa ante la Modernidad*, Cádiz, Universidad de Cádiz, pp. 185-206.

SANCHO, Emanuel Andrade C. (1996), «Inventário do Casal do Ilustríssimo Senhor Fernando José de Seabra Netto», *Anais do Município de Faro*, n.º XXVI, Faro, Câmara Municipal, pp. 31-69.

VAZ, Adérito Fernandes (2008), *As navegações dos olhanenses em caíques e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*, Olhão, Elos Clube de Olhão.

VAZ, Adérito Fernandes (2009), *Olhão da Restauração no tempo e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*, 2.º vol., Olhão, Elos Clube de Olhão.

*Verdad en toda su luz y espejo muy terso y brillante com cuja claridade y auxilio podra España ocurrir a sus males y vencer a sus enemigos infaliblemente / por un sacerdote amante de su nacion* (1811); en Faro, por D. José María Guerrero.

## Estudos

ALVES, José Augusto dos Santos (2000), *A opinião pública em Portugal: 1780-1820*, Lisboa, Universidade Autónoma.

ANSELMO, Artur (1981), *Origens da imprensa em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de (1998), «As Invasões Francesas e a afirmação das ideias liberais», in MATTOSO, José (dir.), TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João Lourenço (coord.), *História de Portugal: O Liberalismo*, vol. V, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 21-40.

CHARTIER, Roger (1997), *A ordem dos livros*, Lisboa, Vega.

CORREIA, José Eduardo Horta (1996), «O significado do mecenato do Bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar», *Anais do Município de Faro*, Faro, Câmara Municipal, pp. 85-117.

CURTO, Diogo Ramada *et al.* (2007), *As gentes do livro: Lisboa, século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional.

DARNTON, Robert (1992), *Gens de lettres, gens du livre*, Paris, Éditions Odile Jacob.

DUARTE, Afonso da Cunha (2005), *Memórias – São Brás de Alportel: Igreja e Instituições Religiosas*, vol. I, São Brás de Alportel, Casa da Cultura António Bentes.

GERALDES, Sofia (2009), «As gentes do livro na Guerra Peninsular», in *Memória social, Patrimónios e Identidades*: conferência pronunciada no XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Porto, 13 de Novembro de 2009. Consultado a 20/III/2013, em: [http://web.letras.up.p/aphes29/data/11th/SofiaGerlades\\_Texto.pdf](http://web.letras.up.p/aphes29/data/11th/SofiaGerlades_Texto.pdf).

INFANTES, Víctor (1997), «Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas», *Bulletin Hispanique*, t. 99, n.º 1, pp. 281-292. Consultado em: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hispa\\_0007-4640\\_1997\\_num\\_99\\_1\\_4939](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hispa_0007-4640_1997_num_99_1_4939).

IRIA, Alberto (2004 [1941]), *A Invasão de Junot no Algarve (subsídios para a história da guerra peninsular - 1808-1814)*, Amadora, Livro Aberto, Editores Livreiros, Lda.

LISBOA, João Luís (1991), *Ciência e Política: ler nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, INIC.

LISBOA, João Luís e MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis (2011), «A cultura escrita nos espaços privados», in MATTOSO, José (dir.) e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.), *História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna*, s.l., Círculo de Leitores e Temas e Debates, pp. 334-394.

MALAQUIAS, Manuel Martinho da Costa (2009), «Tipografia no exército: os prelos de D. Miguel. Sinopse histórica, portal da *Revista Militar*. Consulta a 26/09/2012, URL: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=492>.

MARREIROS, Glória Maria e SANCHO, Emanuel Andrade C. (2004), *Da quadrilha à contradança: o Algarve no tempo das Invasões Francesas*, São Brás de Alportel, Casa da Cultura António Bentes.

MATOS, Manuel Cadafaz de e RODRIGUES, Manuel Augusto (estudos introdutórios) (1991), *Pentateuco: reprodução fac-similada do mais antigo livro impresso em Portugal (Faro, Junho de 1487)*, Faro, Governo Civil de Faro, pp. I-LXX.

MENDES, António Rosa (2009), *Olhão fez-se a si próprio*, Olhão, Gente Singular Editora.

MESQUITA, José Carlos Vilhena (1988), *História da imprensa do Algarve – I*, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde (1902), *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*, Porto, Typographia Universal.

PALMA, Patrícia de Jesus (2008), *A produção literária impressa no Algarve durante os séculos XIX e XX*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à FCSH-UNL.

SALDAÑA FERNÁNDEZ, José (2006), «La prensa en el Suroeste Peninsular durante la Guerra de la Independencia: la *Gazeta de Ayamonte* como vehículo de expresión de la Junta Suprema de Sevilla», in CANTOS CASENAVE, Marieta (ed.), *Redes y espacios de opinión pública: XII Encuentros de la Ilustración al Romanticismo 1750-1850 Cádiz, América y Europa ante la Modernidad*, Cádiz, Universidad de Cádiz, pp. 185-206.

SILVA, Cor. Inf. Nuno Pereira da (coord. e pref.) (2010), *O Algarve e as Invasões Francesas*, s.l. [Tavira], Regimento de Infantaria n.º 1.

TENGARRINHA, José (1989 [1965]), *História da imprensa periódica portuguesa*, 2.ª ed. rev. e aum., Lisboa, Editorial Caminho.

VAZ, Adérito Fernandes (2008), *As navegações dos olhanenses em caíques e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*, Olhão, Elos Clube de Olhão.

VAZ, Adérito Fernandes (2009), *Olhão da Restauração no tempo e a 1.ª invasão francesa em 1808, no contexto regional e nacional*, 2.º vol., Olhão, Elos Clube de Olhão.

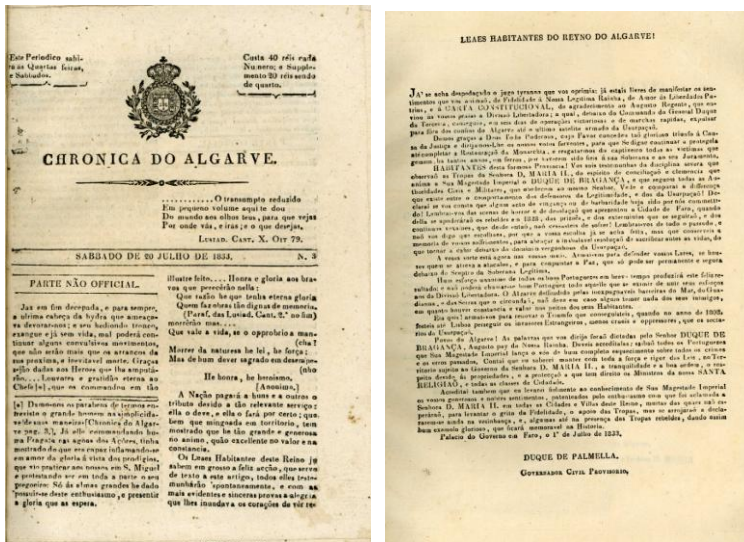


Figura 1: Chronica do Algarve, n.º 3, 20/VII/1833.

Fonte: Colecção particular de Luís Guerreiro.

Figura 2: Proclamação do Duque de Palmela, apelando aos habitantes para que se armem em defesa própria e declarando o perdão régio para «todos os crimes e erros passados.» , Faro, 1/VII/1833.

Fonte: Colecção particular de Luís Guerreiro.

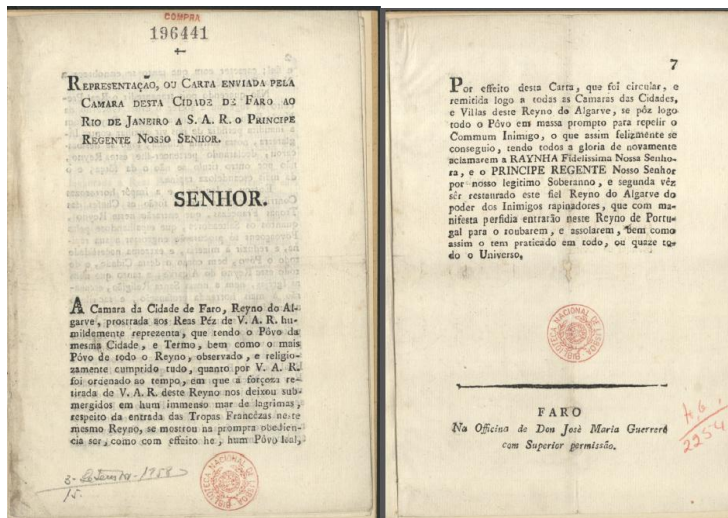


Figura 3: Representação, ou carta enviada pela Camara..., pp. 1 e 7.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/22280>



Figura 4: Instruções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas, pp. 1 e tab. IV.  
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, <http://purl.pt/17465>

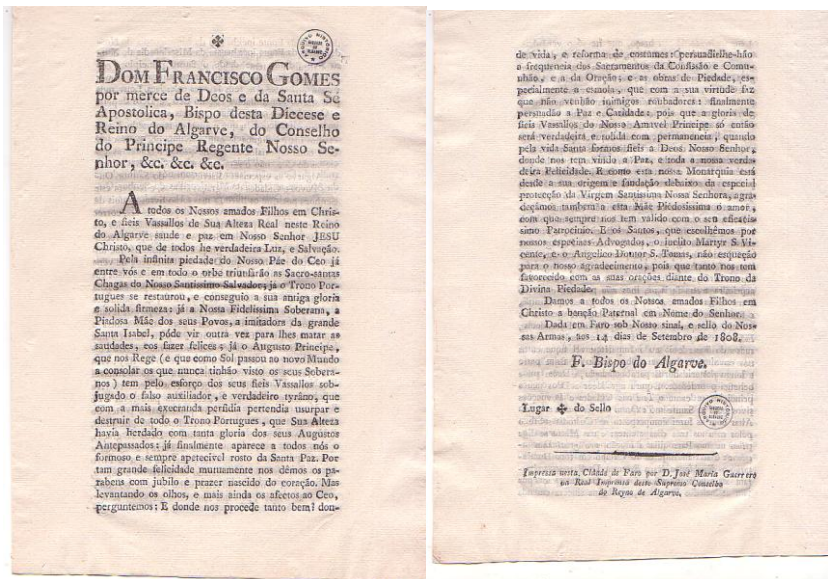


Figura 5: Pastoral de congratulação pela expulsão dos Franceses, pp. [1] e [4].  
Fonte: Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, Pasta D. Francisco Gomes do Avelar.

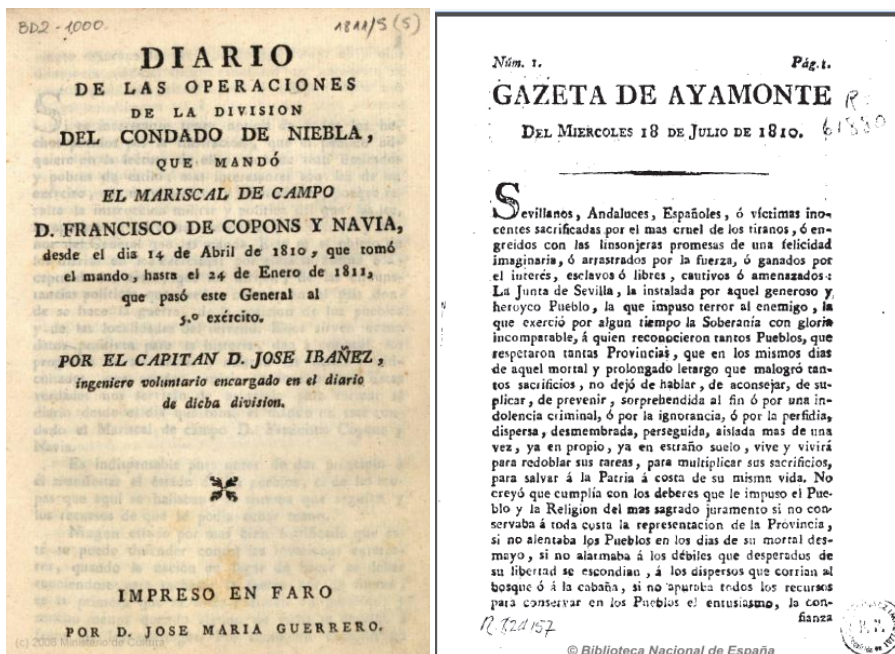


Figura 6: Frontispício do *Diario de las operaciones*  
Fonte: Biblioteca Virtual del Patrimonio Bibliografico.

Figura 7: *Gazeta de Ayamonte*, n.º 1, 18/VII/1810.  
Fonte: Biblioteca Nacional de España, Hemeroteca Digital.



## **Autores**

### **Andreia Fidalgo**

Licenciada em Património Cultural (UAlg)  
Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA/UAlg)  
[andreialopesfidalgo@gmail.com](mailto:andreialopesfidalgo@gmail.com)

### **Catarina Almeida Marado**

FCHS – Universidade do Algarve / CES –Universidade de Coimbra  
FCHS, Campus de Gambelas  
8000-117 Faro  
[acmarado@ualg.pt](mailto:acmarado@ualg.pt)

### **Daniela Pereira**

Mestre em História da Arte (UAlg)  
Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA/UAlg)  
[dani\\_sofia@hotmail.com](mailto:dani_sofia@hotmail.com)

### **Francisco Lameira**

FCHS – Universidade do Algarve / CHAIA – Universidade de Évora  
FCHS, Campus de Gambelas  
8000-117 Faro  
[flameira@ualg.pt](mailto:flameira@ualg.pt)

### **Jaquelina Covaneiro**

Câmara Municipal de Tavira  
[jaquelinacovaneiro@hotmail.com](mailto:jaquelinacovaneiro@hotmail.com)

### **Márcia Grilo**

Licenciada em Património Cultural (UAlg)  
Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA/UAlg)  
[dawn.luisa@hotmail.com](mailto:dawn.luisa@hotmail.com)

### **Marco Santos**

Mestre em História da Arte (UAlg)  
Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA/UAlg)  
[marcosousasantos@gmail.com](mailto:marcosousasantos@gmail.com)

### **Osvaldo Pires**

Licenciado em Património Cultural (UAlg)  
Centro de Estudos de Património e História do Algarve (CEPHA/UAlg)  
[ommpires@gmail.com](mailto:ommpires@gmail.com)